

Educação, justiça e empoderamento

Education, justice and empowerment

Educación, justicia y empoderamiento

Manuel Gonçalves Barbosa*

Resumo

Este artigo elege como objeto de estudo a relação de co-implicação entre educação, justiça e empoderamento nas sociedades do sistema-mundo onde mais progride a neoliberalização e tem como principal objetivo mostrar que essa relação, ao contrário de certas ideias feitas, e apesar da força excludente da normatividade neoliberal, se abre a vários significados ou a diferentes semânticas analisando e interpretando as tendências em vigor nesses contextos. É com base nessa metodologia que o artigo se focaliza em dois grandes eixos temáticos. Por um lado, o eixo onde se escrutinam as marcas distintivas da visão dominante acerca de educação, justiça e empoderamento. Por outro lado, e já no segundo eixo, apresenta-se a visão subalterna e contra-hegemônica de educação, justiça e empoderamento que se articula, em termos normativos, com as aspirações democrático-igualitárias das classes subprivilegiadas, vítimas de acoso das políticas econômicas neoliberais. A conclusão, no termo desse exercício hermenêutico, é que o trabalho de fundamentação da educação deve estar criticamente consciente das consequências desses dois modos de entender a relação em questão e que, caminhar no sentido de uma sociedade mais justa, mais igualitária e mais democrática, não se coaduna, nem prática nem teoricamente, com o entendimento dominante de educação, justiça e empoderamento.

Palavras-chave: Educação. Empoderamento. Justiça.

Abstract

This article chooses as object of study the co-implication relationship between education, justice and empowerment in the societies of the world-system where neoliberalization is most advanced and its main goal is to show that this relation, contrary to certain preconceived ideas, and despite the exclusionary force of neoliberal normativity, opens itself up to several meanings or to different semantics analyzing and interpreting the trends in force in these contexts. It is based on this methodology that the article focuses on two main thematic fields. On the one hand, the field where the distinctive marks of the dominant vision are scrutinized about education, justice and empowerment. On the other hand, and already in the second field, the subaltern and counter-hegemonic vision of education, justice and empowerment that is articulated in normative terms with the democratic-egalitarian aspirations of the underprivileged classes, victims of harassment of the economic and neoliberal policies. The conclusion, at the end of this hermeneutic exercise, is that the work of foundation of the education must be

Recebido em 12/01/2019 – Aprovado em 28/06/2019

<http://dx.doi.org/10.5335/rep.v26i3>.

* Doutor em Educação pela Universidade do Minho. Professor Associado do Departamento de Teoria da Educação e Educação Artística e Física do Instituto de Educação da Universidade do Minho. Portugal. ORCID: 0000-0002-8728-6667. E-mail: mbarbosa@ie.uminho.pt

critically aware of the consequences of these two ways of understanding the relationship in question and that, moving towards a more just, egalitarian and democratic society, it is not consistent, neither practical nor theoretically, with the dominant understanding of education, justice and empowerment.

Keywords: Education. Empowerment. Justice.

Resumen

Este artículo elige como objeto de estudio la relación de co-implicación entre educación, justicia y empoderamiento en las sociedades del sistema-mundo donde la neoliberalización está más avanzada y su objetivo principal es mostrar que esta relación, en contra de ciertas ideas, y a pesar de una fuerza de exclusión de la normatividad neoliberal, se abre a varios significados o a diferentes semánticas analizando e interpretando las tendencias vigentes en estos contextos. Sobre la base de esta metodología, el artículo se centra en dos ejes temáticos principales. Por un lado, el eje donde se analizan las marcas distintivas de la visión dominante sobre educación, justicia y empoderamiento. Por otro lado, en el segundo eje, se presenta la visión subalterna y contrahegemónica de educación, justicia y empoderamiento que se articula en términos normativos con las aspiraciones democrático-igualitarias de las clases desfavorecidas, víctimas del hostigamiento de las políticas económicas neoliberales. La conclusión, al final de este ejercicio hermenéutico, es que el trabajo de fundamentación de la educación debe ser consciente de las consecuencias de estas dos formas de entender la relación en cuestión y que, caminar en el sentido de una sociedad más justa, más igualitaria y más democrática, ni es en la práctica ni en teoría compatible con la comprensión dominante de educación, justicia y empoderamiento.

Palabras clave: Educación. Empoderamiento. Justicia.

Introdução

De maneira ocasional e sem que se veja um esforço de discussão e de sistematização dos seus significados, vai-se falando de educação, justiça e empoderamento, nomeadamente em documentos e relatórios sobre desenvolvimento humano, como se essa relação de co-implicação e de entrosamento entre os três termos apontasse para uma semântica unívoca, linear e livre de interpretações contraditórias. De fato não é assim e um dos objetivos deste artigo, feito de análises e de apreciações de tendências, é mostrar que a relação triangular entre educação, justiça e empoderamento tanto se pode ler à luz do pensamento *mainstream*, característico da mundividência neoliberal, hoje imperante nos países mais fortemente atingidos pela neoliberalização, como se pode mapear em função de visões alternativas e contra-hegemônicas de signo radicalmente democrático ou democratizador. Neste caso, trata-se de colocar em perspectiva articulações de significado que abrem para outro horizonte de possíveis quando se equaciona, com os pés assentes na realidade, e sem deixar escapar os seus diferentes matizes, todo o espectro dessa relação entre educação, justiça e empoderamento.

O que isso quer dizer, de forma necessariamente breve, e em jeito de introdução, é que abordar o relacionamento dos três conceitos não implica ficar cativo ou prisioneiro na visão epistémica neoliberal de educação, justiça e empoderamento, como se nada mais houvesse dentro dessa “caixa negra”, mas reconhecer que há outras possibilidades de articulação e de significação entre esses termos, apesar da sua manifesta subalternidade nas formações sociais onde o neoliberalismo já refez, ou está em vias de refazer, toda a paisagem do mundo da vida através da sistemática mobilização dos seus princípios e dos seus valores.

Se por um lado é importante apresentar as visões dominantes sobre educação, justiça e empoderamento e mostrar, ato contínuo, como são estrategicamente unilaterais e redutoras (primeira seção), também se afigura necessário, por outro lado (segunda seção) colocar em evidência posições divergentes política e epistemicamente mais consentâneas com as aspirações democráticas de amplas franjas de população subprivilegiada nos contextos já referidos, ou seja, posições que se demarcam de tendências neoliberais fortes quer ao nível da “reavaliação da justiça e do discurso da igualdade” (NACHTWEY, 2017, p. 88), quer ao nível das “apropriações oportunistas” (PEREIRA, 2008, p. 14) de empoderamento e, por extensão, daquilo que se pode considerar, *grosso modo*, como educação para o empoderamento.

Servido por uma metodologia analítico-interpretativa e organizado em torno desses eixos temáticos, a intenção do artigo é mostrar como a relação de co-implicação entre educação, justiça e empoderamento aponta para semânticas diferenciadas e como é importante reter esse dado na fundamentação da ação dos profissionais da educação.

Visão dominante sobre educação, justiça e empoderamento: marcas de identificação e de diferenciação político-pedagógicas

O vocabulário acerca de educação, justiça e empoderamento não é politicamente neutro nem possui, por via disso, uma inocência natural. O significado dessa relação terminológica está marcado com o selo da política e é sobre um fundo político, ideológico, que se percebe o seu alcance, a sua extensão e os seus matizes. Desde logo, quando se equaciona a visão dominante, hegemónica ou *mainstream* de educação, justiça e empoderamento, uma visão que tem vindo a ganhar esse estatuto, essa posição, com o alastrar dos impactos da “revolução neoliberal” (HARVEY, 2007, p. 47) nos planos económicos, sociais, políticos e culturais de múltiplas

formações sociológicas, democráticas e não democráticas, apesar da “grande variabilidade espacial e temporal” (BROWN, 2016, p. 20) desse magno fenómeno ao longo e ao largo do sistema-mundo durante as décadas de sua maior expansão e intensificação.

Nessa encruzilhada de educação, justiça e empoderamento importa destrinçar, em seu sentido neoliberal geral, o que significa justiça, o que significa empoderamento e como é que a educação, relativamente a este último, se define ou configura em termos prático-normativos. Antes de mais a justiça e o discurso acerca da igualdade, pois é notório que o neoliberalismo, mais ou menos radicalizado, trouxe consigo uma “reavaliação da justiça e do discurso da igualdade”¹ (NACHTWEY, 2017, p. 88), reavaliação ou reconsideração que afastou do horizonte governativo, da prática política, tudo o que tem a ver com redistribuição de riqueza e rendimento, por se entender que essa redistribuição, além de imoral e contrária à eficiência económica, é “uma agressão à liberdade pessoal” (KAISER, 2017, p. 49), ao direito de propriedade e, no limite mais extremo, um atentado contra o Estado de direito.

Não sendo redistribuição de riqueza e, portanto, uma via em direção a uma certa igualdade material, que é a justiça, então, nesse quadro de novo liberalismo? A resposta a esta questão tem certamente as suas *nuances* na vasta linhagem de pensadores que defende, desde há longa data, a neoliberalização da existência humana, se não em todos os setores, como parece acontecer sob “o reino normativo do *homo oeconomicus*” (BROWN, 2016, p. 55), pelo menos nas áreas mais atrativas em termos de ganhos financeiros ou de maximização dos lucros.

Ainda assim, e tomando como referência aquele que foi considerado “le maître à penser” do neoliberalismo (AUDARD, 2009, p. 377), isto é, o nobelizado Friedrich von Hayek, e em especial o segundo volume (*The mirage of social justice*) da sua conhecida e muito glosada obra *Law, legislation and liberty*, de 1976, por justiça se poderá entender, muito sumariamente, e indo ao essencial, “tratar todos de acordo com as mesmas regras” (HAYEK, 1976, p. 204), com as mesmas normas ou lei, sendo que o “objetivo da lei”, no dizer de Hayek (1976, p. 288), “deveria ser melhorar igualmente as oportunidades de todos” (“the aim of law should be to improve equally the chances of all”), não diferenciando ou discriminando positivamente ninguém para reparar ou compensar desvantagens imerecidas, resultantes de contingências naturais e sociais perfeitamente ocasionais e aleatórias, como está implícito no segundo princípio da teoria da justiça de John Rawls (1999, p. 57), ou seja, o princípio onde se consubstancia, de forma nítida, uma igualdade equitativa de oportunidades, mas aferindo tudo e todos pelo princípio da igualdade formal, da

estrita igualdade perante a lei, pois só assim se respeita o Estado de direito, *the rule of law*, e, com ele, as regras que organizam a competição entre os indivíduos.

Ao reavaliar em novos termos, e com outra intencionalidade, o discurso sobre a justiça, o neoliberalismo também reavaliou o discurso sobre a igualdade, mas não no sentido de uma “igualdade de posições” (DUBET, 2010, p. 9) cujo objetivo ou finalidade é, segundo esse autor (2010, p. 99), “reduzir a distância entre rendimentos e condições de vida”, ou, o que é o mesmo, as diferenças de posicionamento na estrutura social. Orientou-se, isso sim, pela igualdade de oportunidades e, mesmo aqui, tão-somente pela “igualdade legal de oportunidades” (ROSANVALLON, 2011, p. 334), isto é, pela igualdade interpretada em termos meramente formais ou jurídicos, o que implica instaurar, onde quer que se aplique, um “sistema de oportunidades formalmente igualitário” (NACHTWEY, 2017, p. 89), contribuindo, portanto, para invisibilizar um sem número de vantagens e privilégios que distorcem a competição social por oportunidades, especialmente as que proporcionam melhores condições de vida boa.

Significa isso que, juridicamente, todos têm os mesmos direitos de acesso às posições sociais vantajosas e não, como sublinha J. Rawls (1999, p. 62), que “todos deverão ter uma possibilidade razoável de as atingir”. Este é o sentido de uma “justa igualdade de oportunidades” (RAWLS, 1999, p. 57) que os neoliberais rasuram da sua representação da sociedade, da sua concepção ou modelo de justiça, como se as circunstâncias de partida não contassem para nada, como se a sociedade onde nascem os indivíduos, num tempo fortemente marcado pelo “capitalismo patrimonial” (PIKETTY, 2014, p. 523), não os destinasse, ora aberta ora subtilmente, a lugares manifestamente desiguais em recursos, benefícios, poder e reconhecimento. Mesmo imperando a igualdade formal, como tanto apregoam os aficionados da neoliberalização, isso não impede que “os que possuem menos capital cultural fiquem parados, enquanto os melhores situados à partida consigam êxitos” (NACHTWEY, 2017, p. 13). Justificar estes últimos com o talento e o esforço, isto é, com o mérito (ROSANVALLON, 2011, p. 314), é lançar uma cortina de fumo sobre privilégios, recursos e vantagens que sempre se afiguraram essenciais ao aproveitamento das melhores oportunidades.

Mais além de seu intrínseco formalismo, essa concepção de justiça enquanto igualdade legal de oportunidades é também individualista, pois remete para a responsabilidade única, exclusiva, do ator social na conquista das oportunidades apetecidas ou desejadas (tudo depende, portanto, da sua implicação, do seu envolvimento, das suas escolhas, das suas decisões), e deixa ainda transparecer, na sua

constituição significativa, um fundo de darwinismo social, pois o que está em causa, ou para aquilo que se aponta, é uma luta por oportunidades, manifestamente escassas quando se referem a cargos e a funções de relevo, bem remunerados, sendo que o mecanismo seletor, em todo esse processo, está precisamente no talento e no esforço dos mais corajosos, dos mais audazes, dos mais destemidos e dos que arriscam mais.

A narrativa neoliberal da justiça enquanto igualdade formal ou legal de oportunidades, apesar da sua estreiteza de vistas, e de um certo sabor a injustiça, particularmente no que concerne os segmentos populacionais desfavorecidos, tem vindo a fazer o seu caminho no senso comum dominante e a conquistar adeptos à medida que avança a neoliberalização e, com ela, a profunda “economização” (BROWN, 2016, p. 14) de amplas esferas do mundo da vida. Assim, o que parece interessar agora, pelo menos nos contextos de “modernização regressiva”, tal como são analisados e escrutinados por Nachtwey (2017) nos países capitalistas neoliberais ocidentais, não é propriamente combater as “desigualdades verticais” relativas a renda, condições de vida e segurança social, combate que implica, seguramente, a redistribuição e os seguros coletivos, ou seja, a solidariedade entre classes financeiramente assimétricas, mas defender, isso sim, as “discriminações horizontais” (NACHTWEY, 2017, p. 88) que acompanham características culturais e identitárias (de sexo, gênero, etnia) e que podem ser prejudiciais à igualdade de tratamento e de direitos. Deste modo, “a lógica vertical da redistribuição vai-se esfumando” (NACHTWEY, 2017, p. 88) para dar lugar a uma lógica principalmente preocupada com o tratamento igualitário em termos de prerrogativas legais, como decorre, em linha direta, desse princípio tipicamente neoliberal de “tratar todos de acordo com as mesmas regras” (HAYEK, 1976, p. 204), o que não deixa de ser curioso para os que assumem as dores dos oprimidos e dos excluídos.

A concepção neoliberal de empoderamento, resultado da “apropriação oportunista de ideias progressistas e feministas” (PEREIRA, 2008, p. 49) que emergiram, e se consolidaram, nas décadas de 1970 e 1980 na América do Norte e na Ásia do Sul, quer entre organizações da sociedade civil de defesa dos *have not* (despossuídos, marginalizados, excluídos e até expulsos do convívio com a “gente decente”), quer no âmbito do serviço social e da psicologia comunitária (BACQUÉ; BIEWENER, 2013), é uma visão dominante de empoderamento que se articula com essa específica representação da justiça enquanto igualdade formal de oportunidades e, desde logo, com o seu *ethos* individualista e formalista.

O objetivo do empoderamento, que literalmente significa “mais poder” (PINTO, 2013, p. 52), e sobretudo reforço ou fortalecimento do “poder de agir” (LE BOSSE, 2003, p. 51), tem a ver, nesse caso, com um projeto de potenciação dos seres humanos em ordem a conseguir mais ajustamento adaptativo aos mercados, mais e melhor aproveitamento de oportunidades, mais responsabilização individual, mais vantagens competitivas, mais rendimento, mais empresarialização do eu e melhor maximização do interesse próprio. Esse empoderamento é estritamente individual, dirige-se exclusivamente a cada átomo social, tem o foco na pessoa singular, desligada de grupos ou coletivos, e adquire todo o seu sentido ou significado naquela que é, talvez, a maior ambição da racionalidade neoliberal conhecida até ao momento: a construção de um novo sujeito (GUTIÉRREZ, 2014), egocêntrico, individualista, “calculador, consumidor e empreendedor, que persegue finalidades exclusivamente privadas num marco geral de regras que organizam a competição entre os indivíduos” (LAVAL, 2012, p. 19).

Trata-se da ambição de criar um indivíduo responsável por si mesmo, ou “empresário de si mesmo” (FOUCAULT, 2004, p. 232), que “deve prosperar por si mesmo sem esperar nada dos demais” (LAVAL, 2012, p. 23), norteado, sempre e em todo o lado, pelos valores e pelas métricas do mercado, ou seja, um *homo oeconomicus* que só tem que se preocupar consigo mesmo, com o seu rendimento, com o aproveitamento de oportunidades para realizar projetos que deem lucro, ganhos ou benefícios apreciáveis, concebendo-se como uma empresa (autoempresarialização) que tanto investe na melhoria do seu valor de mercado como cuida de si mesmo (autocuidado) garantindo trabalho, rendas, capital, fundos próprios e satisfação de necessidades ao longo e ao largo da vida, mesmo que isso implique, como mostrou com sagacidade Byung-Chul Han (2015, p. 12), explorar-se sistematicamente a si mesmo.

O ajustamento adaptativo ao mercado, vendo este na pluralidade das suas formas, e a responsabilização dos indivíduos por tudo o que lhes acontece na vida, são dois alvos prioritários do empoderamento *mainstream*, dominante, tal como se delineia nos contextos da neoliberalização avançada, um pouco por todo o mundo, mas em particular na região euroatlântica (STREECK, 2017). Sendo adequação permanente a flutuações imprevistas, e a mudanças mais ou menos disruptivas, inovadoras e perturbadoras, o ajustamento adaptativo exige uma integração sem falhas nos mecanismos do mercado e uma aceitação dos seus requerimentos, também constantes ou permanentes: saber competir, saber ganhar, saber frutificar o capital, “assegurar-se de ter mais ‘méritos’ que o resto dos aspirantes, aproveitar

as oportunidades” (GUTIÉRREZ, 2014, p. 41), vencer os rivais. O objetivo do empoderamento, neste particular, é reforçar o eu na sua busca de superação dos outros eus, de ser mais competitivo do que eles, de atingir mais eficácia e mais rendimentos nos mercados, nas operações que multiplicam o capital financeiro e melhoram a imagem de marca dos vencedores. A perspectiva normativa que verdadeiramente interessa, nesse caso, é que o empoderamento deve preparar os indivíduos, os competidores, para se ajustarem aos mercados onde o vencedor leva tudo (*the winner takes all*), ou fica com tudo, mercados cada vez mais presentes em todos os âmbitos sociais (BUDE, 2017, 53), especialmente neoliberais.

Como segunda prioridade do empoderamento, a responsabilização indica que o indivíduo se deve preparar para contar apenas consigo mesmo, para assumir de modo autossuficiente as consequências das suas decisões, num mundo onde não há lugar para perdedores. De todo o modo, e como dizia o credo de Reagan, segundo Lilla (2018, p. 31), “a vida bem vivida é a dos indivíduos autossuficientes”, dos que não esperam nada dos outros e, portanto, nem de filantropia nem de solidariedade social estatal. A solução para todos os males está em ser um *homo oeconomicus* empreendedor, confiante e ganhador, ser o primeiro *inter pares* superando-os e deixando-os para trás na corrida meritocrática pelas melhores oportunidades.

Uma vez identificadas as prioridades do empoderamento *mainstream*, e admitindo que a educação, com mais ou menos ressignificação neoliberal, “é uma via de empoderamento” (PEREIRA, 2008, p. 46), resta saber como é que a educação se define em termos prático-normativos diante dessas prioridades. Basicamente, colocando o foco em duas importantes dimensões: por um lado, a dimensão psicológica, inerentemente justificada pela necessidade de reforçar ou fortalecer o poder interior da nova subjetividade neoliberal, isto é, o empresário de si mesmo; por outro lado, a dimensão económica, tornada necessária, de maneira incontornável, pelo fato de estar em causa o empoderamento do *homo oeconomicus*, um “tipo humano orientado pela racionalidade do lucro” (FERNÁNDEZ LIRIA; GARCÍA FERNÁNDEZ; GALINDO FERRÁNDEZ, 2017, p. 34) e que, como “fragmento de capital humano” (BROWN, 2016, p. 6), precisa de fortalecer a sua posição competitiva no mercado.

A fim de “competir com mais probabilidades de êxito na selva da competição de todos contra todos” (GUTIÉRREZ, 2014, p. 43), ou seja, como bom darwinista económico e social, o novo sujeito neoliberal precisa primeiramente, ou assim é suposto, de empoderamento económico, nomeadamente através de lições de empreendedorismo (basicamente como lançar e fazer frutificar um negócio), lições que

são legião, presentemente, ao nível do ensino superior, e não apenas nas escolas de economia, de administração e gestão. Não há universidade que se preze, ou instituto de estudos superiores, que não ofereça cursos de empreendedorismo, evidenciando assim a finalidade económica dos estudos e as pressões de conformidade pela economização do próprio empoderamento, inclusive entre os estudantes de letras e humanidades, pois nem mesmo esses podem deixar de louvar as virtudes do empreendedorismo, tal como manda, nas áreas de neoliberalização, a ideologia correspondente: sê empreendedor e empresário de ti mesmo se queres sobreviver entre os mais aptos.

Esse empoderamento, ajustando-se na perfeição ao *homo oeconomicus*, não parece esgotar, contudo, as ações de fortalecimento desse sujeito, nomeadamente em termos mentais. Um ator económico forte e robusto, pronto para tudo, precisa de melhorar a crença em si mesmo e de possuir autoestima e autoconfiança em alto grau. É assim que se aponta para a conveniência de empoderamento psicológico, nesse particular da autoestima e da autoconfiança, analisando histórias de sucesso (*sucess stories*) no âmbito de práticas de *storytelling* (SALMON, 2007) e, se necessário, recorrendo ao *coaching*, hoje amplamente divulgado, e comprado, no apoio educativo a crianças, a jovens e a adultos em dificuldade, quer dizer, desajustados dos imperativos neoliberais do rendimento, da competição e da otimização pessoal.

Adicionalmente, esse empoderamento é requerido para que o átomo social, ou seja, o indivíduo dessocializado do neoliberalismo, se responsabilize por si mesmo, pela sua formação, pela sua saúde, pelo seu emprego, pelo seu bem-estar, já que, como ironiza Nachtwey (2017, p. 78), recuperando termos de Robert Castel, “todos os que não conseguem cumprir com o mandamento liberal da responsabilidade pessoal são ‘declarados culpados’ e ‘condenados’”. Deve-se, pois, mentalizar o indivíduo, não apenas para ser um bom caçador de oportunidades e um bom jogador no âmbito dos mercados, mas também para cuidar de si mesmo, olhar por si mesmo e não esperar nada dos demais, inclusive, ou principalmente, da entidade governamental. A solidariedade social é para ser substituída pela responsabilidade pessoal e nisso a educação pode ser exímia incentivando, quotidianamente, e de maneira repetitiva, o individualismo e o espírito meritocrático, a par da emulação, da concorrência e da competição.

Como se vê, a cumplicidade é muito grande, na visão dominante, entre educação, justiça e empoderamento. Tudo se encaixa com o único objetivo de expandir a neoliberalização e refazer, por completo, todos os setores da existência humana, subordinando-os à lógica e às métricas do mercado. O adiantado estado de concreti-

zação desse objetivo, especialmente nos países da região euroatlântica, deixa pouco espaço para se ouvirem vozes diferentes acerca de educação, justiça e empoderamento, nomeadamente as que, nesses contextos, afirmam uma visão mais consensual com as aspirações democrático-igualitárias dos grupos desfavorecidos.

Educação, justiça e empoderamento: visão subalterna e contra-hegemónica

Ao refazer o mundo social com as suas ideias diretoras, com os seus princípios e os seus valores, a neoliberalização cria uma paisagem rarefeita em perspetivas normativas e torna difícil a sua expressão quando essas perspetivas desafiam o *statu quo* neoliberal. Na paisagem assim remodelada já não parece haver lugar para outras visões ou representações de educação, justiça e empoderamento, a não ser a que é imposta como via de sentido único e que tão bem serve os propósitos políticos do neoliberalismo, ou a sua “racionalidade política”, como prefere dizer, de forma assertiva, e evocando Foucault, a politóloga Wendy Brown (2007, p. 46). Ainda assim, sempre se poderá dizer, olhando a realidade das formações sociais mais avançadas no aprofundamento de seus programas de neoliberalização, que não é por se repetir à saciedade que essa é a única visão legítima e, portanto, aceitável, de educação, justiça e empoderamento que se faz desaparecer, ou simplesmente abafar, vozes discordantes acerca dessa relação

Efetivamente, e contra o que se quer fazer acreditar, não fica tudo dito com a descrição da visão dominante dessa relação, visão ou perspetiva que, nos contextos sociais neoliberais, é difundida e orquestrada pelo pensamento *mainstream*, o tal que não admite alternativas, diferenças e rebeldias à normatividade vigente, institucionalizada em padrões de ação e de compreensão da realidade. Uma análise interpretativa, e reconstrutiva (HONNETH, 2014, p. 20), de ideários presentes nesses contextos desmente, contudo, essa pretensão ao deixar ver que, a par da visão preponderante e impositiva de educação, justiça e empoderamento, e distanciando-se estrategicamente dela, se afirma uma visão normativa alternativa a qual se articula, na especificidade do seu alinhamento contra-hegemónico e subalterno, com as aspirações democrático-igualitárias de amplas camadas da população, em particular as que mais sofrem as investidas da política económica neoliberal, ou seja, as que, por via dessa ocorrência, passaram a viver os seus dias em “estado de insegurança” (STIGLITZ, 2018, p. 39).

Se é verdade que se verificou, com a revolução neoliberal, uma reavaliação e uma concomitante ressignificação dessa relação entre educação, justiça e empode-

ramento, dando-se a esses termos a roupagem necessária à efetiva implementação da neoliberalização enquanto “projeto político de restabelecimento do poder das elites económicas” (HARVEY, 2007, p. 25) e, portanto, à redefinição de políticas concordantes com esse objetivo, também é certo, e igualmente justo reconhecer, que as aspirações democrático-igualitárias de amplas franjas populacionais contribuíram, como detonante e como novo quadro ideológico, para dar a essa relação novos matizes e outras sonoridades, desde logo no que concerne a justiça que realmente interessa a quem vive na aflição económica e, por extensão, na incapacidade de usufruir ou de aproveitar as oportunidades que surgem nas mais variadas esferas das estruturas sociais.

A justiça que se exige nas ruas (desde há algum tempo e na hora presente, especialmente por intermédio de movimentos cívicos pós-convencionais, de que são exemplo *Los indignados*, *Occupy Wall Street* e *Les gilets jaunes*) é mais ambiciosa do que a mera igualdade formal ou legal de oportunidades, a qual, como se sabe, redundava em benefício dos setores privilegiados, dos que, bem apetrechados de capital financeiro, cultural e social estão em melhores condições de aproveitar a oportunidade de aceder a lugares e funções prestigiados: na competição social pelas oportunidades estão destinados a ter êxito, a serem quase de certeza bem-sucedidos (NACHTWEY, 2017, p. 13). Enquanto os desfavorecidos da fortuna tendem a ficar enfiados na posição em que nasceram, os descendentes de famílias abastadas nesses vários capitais “frequentarão as melhores escolas, passarão pelas melhores universidades e acabarão por ter os melhores empregos. E as suas carreiras receberão, muitas vezes, um estímulo decisivo graças à influência dos amigos e conhecidos do papá e da mamã” (KING, 2018, p. 138).

Uma vez que está fora de questão reduzir a justiça “à lógica horizontal da inclusão e da igualdade de tratamento” (NACHTWEY, 2017, p. 88), como pretende a doutrina neoliberal, qual é então o alvo prioritário da justiça social? Para onde apontam, normativamente falando, as reivindicações populares, as que invadiram as praças públicas das democracias de mercado? A justa distribuição da riqueza, essencial a uma verdadeira igualdade de oportunidades, como se poderia dizer na sequência dessa ideia rawlsiana de *equality of fair opportunity* (RAWLS, 1999, p. 57), parece ser o que está em causa nessas reivindicações sociais das camadas subprivilegiadas, as quais configuram cada vez mais os 99% da população, os *lais-sés-pour-compte* da globalização neoliberal e da extraordinária geração de riqueza das últimas décadas, um pouco por todo o mundo, entre os países pobres e os países ricos (FUKUYAMA, 2018, p. 100).

O que se está verificando, praticamente em todas as sociedades, quer nas economias do Ocidente rico quer nas economias do Sul Global, é que o crescimento da riqueza não se traduz em melhorias no nível de vida da população dos escalões mais baixos, considerando cada país em particular. O produto nacional bruto *per capita* até pode aumentar, o problema é a distribuição geral dos ganhos: “A distribuição dos ganhos porém, é que tem sido distorcida a favor daqueles que – na maior parte dos casos – já estavam bem na vida” (KING, 2018, p. 118). Para amplos segmentos populacionais, a globalização neoliberal significou quebra de rendimentos e piores condições de vida. Aumentaram, pois, as “desigualdades verticais” (NACHTWEY, 2017, p. 67), isto é, as diferenças, por vezes abissais, de posicionamento na hierarquia dos ganhos financeiros, das condições de vida e do acesso a serviços. É por isso que, em reação a essa situação, considerada iníqua, se exige agora uma justa distribuição da riqueza, sendo essa distribuição o núcleo central de uma concepção mais ampla de justiça social.

O que as pessoas reclamam, especialmente as que viram os seus rendimentos regredir ou estagnar, e que vivem em democracias neoliberalizadas até à medula, é que a democracia seja mais consequente com a *vis* igualitária que, de uma forma ou de outra, lhe deu corpo e espessura desde os tempos modernos, não unicamente em termos de combate às discriminações de raça, sexo, etnia ou género, mas também em termos de redução das desigualdades especificamente económicas, dado o peso considerável que estas últimas representam nas assimetrias em outras esferas, como podem ser as educativas, as culturais e as políticas.

Todas as desigualdades importam, e é por isso que se deve evitar, segundo Montesquieu (1995, p. 87), um excessivo “espírito de desigualdade” nos regimes democráticos. Mas há desigualdades que importam mais do que outras. A pobreza e a má nutrição, por exemplo, influem negativamente no desenvolvimento intelectual da infância (BROWN; POLLIT, 1996, p. 38-43), e isso deve-se muitas vezes a baixos rendimentos, a desigualdades económicas. O mesmo se poderá dizer da participação política dos cidadãos: “Os trabalhadores precários vão menos votar que os não precários; portanto, a desigualdade faz com que os melhores situados vão ganhando influência de maneira assimétrica” (NACHTWEY, 2017, p. 74).

A generalização do “bem-estar precário” (BUDE, 2017, p. 68), se não mesmo a exclusão de qualquer bem-estar, desviam o foco de muitas pessoas para a redistribuição democrática da riqueza produzida e incitam a abrir frentes de luta, de contestação, contra a “redistribuição oligárquica” (STREECK, 2017, p. 228) dessa mesma riqueza, ou seja, a que se faz da base para o topo e em proveito dos mais

abastados. Se as entidades estatais não estivessem a fraquejar, sob a pressão da neoliberalização, na sua capacidade de realizar políticas redistributivas favoráveis aos setores mais desfavorecidos, o sucesso dos protestos sociais pós-convencionais, isto é, apartidários e sem evidente filiação institucional, estaria assegurado ou, *a minima*, seguramente bem encaminhado nesse sentido. Uma vez que não é esse o caso, seja por complacência com a ordem económica dominante, seja por frouxidão e falta de ambição na adoção de medidas que controlem, dentro do possível e do razoável, a economia política do neoliberalismo, nada mais resta aos cidadãos se não recuperarem poder de influência sobre o Estado a fim de o colocar na senda da justa distribuição da riqueza, pois, como reconhece lúcida e fundamentadamente Yascha Mounk (2018) em obra recente, ainda há muita coisa que o Estado pode fazer pela redistribuição e pela justiça social, inclusive em contextos democráticos liberais: “Ainda hoje, com as políticas adequadas, é possível contribuir para redistribuir a riqueza e melhorar o nível de vida dos cidadãos comuns ou correntes” (MOUNK, 2018, p. 42).

Os cidadãos precisam de sentir que têm verdadeiramente poder para fazer isso acontecer, o que implica, na prática, um outro tipo de empoderamento: o empoderamento que, já experimentado e conceitualizado em ações promotoras de desenvolvimento (MEDEL-AÑONUEVO, 1995; CHECKOWAY; GUTIÉRREZ, 2009; APPADURAI, 2013), não se enreda nas perspectivas normativas do oportunismo, do individualismo competitivo e do ajustamento adaptativo aos mercados, traços ou marcas que definem o empoderamento *mainstream*, sem dimensão coletiva e política, e sem preocupações com a injustiça socioeconómica, tal como se verifica, presentemente, nos contextos sociais neoliberais.

O que assim se perfila, em termos de reforço do poder ou capacidade de agir, da *potentia* (poder produtivo, gerador, transformador) bem mais do que da *potestas* (poder coercitivo, limitativo, controlador), é um empoderamento simultaneamente individual e coletivo, social e político, e com foco, sempre que necessário, na transformação estrutural da sociedade visando torná-la mais justa, mais democrática e mais igualitária. O empoderamento, ao longo de todo esse espectro, articula três dimensões: a dimensão individual ou interior, designando o processo que permite a cada sujeito o desenvolvimento tanto da capacidade de agir como uma consciência crítica, a construção de uma imagem positiva de si, a aquisição de conhecimentos que ajudem a uma compreensão crítica do entorno sociohistórico e o desenvolvimento de recursos individuais que sustentem a elaboração de estratégias de implicação em objetivos pessoais e coletivos; a dimensão interpessoal, organizacional

ou coletiva, expressando o fortalecimento da capacidade de agir em sintonia e em colaboração com outras pessoas ou sujeitos do contexto; enfim, a dimensão propriamente social ou política, a qual coloca em equação a necessidade de transformação da sociedade e das suas estruturas, como podem ser a estrutura das oportunidades ou a estrutura da distribuição de rendimentos financeiros.

Assentando numa consciência lúcida e crítica das subalternidades, das exclusões e das desigualdades, quer em termos de poder quer em termos de recursos, essa concepção de empoderamento, constitutivamente democrática, objetiva permitir aos sujeitos e aos grupos, desde baixo ou da base, aumentar o seu poder de agir, desenvolver competências para reganhar influência coletiva e política e para pesar, efetivamente, na repartição justa, equitativa, de recursos sociais indispensáveis ao usufruto de oportunidades laborais, culturais e políticas, sem esquecer as educativas, pois são especialmente relevantes, como mostrou Dubet em *O que é uma escola justa?* (2004, p. 550), nas trajetórias pessoais e profissionais dos atores sociais.

Esse empoderamento não se distingue apenas pelo fato de ser multidimensional e ter um foco na transformação social. Também se diferencia pela visão plural que apresenta dos poderes necessários à reconfiguração da pessoa e da sociedade, tal como são sistematizados por Jo Rowlands (1997, p. 13), a saber: o “poder sobre” (*power over*), ou seja, o poder de controlar recursos, pessoas e agendas; o “poder para” (*power to*), isto é, a capacidade de agir, de atuar, e de promover mudanças significativas na vida pessoal e social; o “poder com” (*power with*), ou poder de ação coletiva, solidária, em prol de causas comuns; e, por fim, mas não menos importante, o “poder interior” (*power within*), na medida em que se afigura necessário, incontornável, reforçar a confiança das pessoas em si mesmas, especialmente se revelam sintomas de vulnerabilidade, para se lançarem nas duras e desgastantes batalhas pela justiça social e pela efetivação de direitos, não só os que asseguram condições essenciais à vida digna, mas também os que viabilizam a participação política democrática nas deliberações públicas.

Como veículo de empoderamento, mas agora num outro registo e com outra intencionalidade, a educação desenvolve a sua ação em função de vários compromissos. Desde logo, apostando no reforço da crença das pessoas e das coletividades em si mesmas, nas suas forças, a fim de acreditarem que a mudança é possível, não obstante os entraves colocados pela governação neoliberal das sociedades e pelos dogmas que lhe andam associados, como, por exemplo, essa ideia peregrina segundo a qual “as desigualdades e o enriquecimento dos mais ricos beneficiam todos” (GODIN, 2017, p. 26), ou, o que é o mesmo, mas de maneira metafórica, quando se

diz que, subindo a maré, todos os barcos sobem juntos. Educadores e interventores sociais, mesmo não sendo peritos em psicologia, podem ajudar a consolidar esse empoderamento psicológico junto dos destinatários ajudando-os a ser assertivos, a afirmar posições, a defender valores e a reivindicar direitos, a confiar nas suas possibilidades e a não desistirem de lutar por aquilo em que acreditam, sem partidarismos e sem dogmatismos e levando a sério, como material de suporte, as experiências de dor, sofrimento, mas também de arrojo e esperança, dos que vivem diariamente inquietados com a sua situação precária.

Através do trabalho educativo-formativo em contextos de aprendizagem formal, não formal e informal, outro dos compromissos que requer atenção, de modo que parece incontornável, é com o empoderamento cognitivo, ou seja, epistémico. Consiste esta vertente do empoderamento democrático, transformador e centrado no novo conceito de justiça social, em ativar e/ou reforçar a compreensão crítica da realidade social na forma de um exercício de conscientização que aprofunda a tomada de consciência da neoliberalização e dos obstáculos que se levantam à sua transformação, partindo das “leituras de mundo” (FREIRE, 1996, p. 122) dos sujeitos, acrescentando eventualmente “conhecimento poderoso” (YOUNG, 2016, p. 27), ou conhecimento especializado que ajuda a entender melhor a realidade do mundo, isto é, indo mais longe e mais fundo, e pensamento divergente acerca de visões ingênuas, despolitizadas, que mascaram a real dimensão dos problemas de precariedade e de vulnerabilidade sob o reino normativo do neoliberalismo. Aborda-se, ainda, no âmbito do empoderamento cognitivo mediante a educação, ou assim é suposto acontecer, a desconstrução, preferentemente dialógica e colaborativa, de representações opressivas que criam assimetrias indignas e a formulação de interpretações do mundo social que desafiam as interpretações reinantes, as que moldam o senso comum e se impõem dissimulada e enganadoramente nas consciências das pessoas.

Acautelando indesejáveis, e sempre lamentáveis, instrumentalizações político-partidárias, mas sem renunciar ao envolvimento na capacitação política dos atores sociais, especialmente os que são vítimas de precarização institucionalmente induzida ou fabricada pela governação hegemónica em contextos sociais neoliberais (LOREY, 2016), parece caber, ainda, nas atribuições da educação que se associa, prática e normativamente, à nova visão sobre a justiça, a realização de empoderamento político. Um empoderamento que, mediante situações educativas banais, correntes, pode passar, em primeiro lugar, por desnaturalizar situações sociais injustas, ou ajudar a que isso aconteça, problematizando essas situações colaborativamente. Depois, pode consistir em reivindicar o estatuto de questão po-

lítica legítima para essas situações, o que implica, em termos pedagógicos, reforçar a capacidade dos sujeitos usarem a sua voz no espaço público, sabendo de antemão que “«para que a voz tenha eficácia, deve abordar as questões sociais, políticas e económicas em termos de ideologias, de doutrinas e de normas largamente credíveis e partilhadas, mesmo pelos ricos e poderosos” (APPADURAI, 2013, p. 234). É assim que se aprofunda a politização de problemas cuja solução é política, como se revela, por exemplo, na injusta repartição da riqueza.

Se é verdade que o empoderamento político, com a colaboração estreita e competente da educação, passa essencialmente pelo reforço do poder de contestação do *statu quo*, especialmente em termos económico-sociais, também é verdade que não esquece, ou não deveria esquecer, o fortalecimento da capacidade de agregação de interesses e vontades, já que a união faz a força, acrescenta poder e ajuda a vencer o medo de agir (CASTELLS, 2013, p. 27-28). Finalmente, e também através da educação, melhora-se ou ativa-se o empoderamento político das pessoas, dos sujeitos individuais e coletivos, nomeadamente tendo em vista a mudança de estruturas sociais injustas e antidemocráticas, reforçando, desenvolvendo, a capacidade de participação ou intervenção nos espaços públicos e, em particular, no espaço público-político, convocando à participação e à tomada de decisões nas atividades educativas, assumindo estas como efetivo campo de treinamento das práticas políticas democráticas.

Independentemente de se considerar, na sequência dos anteriores desenvolvimentos, que suas exigências normativas são excessivas face à realidade existente nos contextos sociais neoliberais e, mais além, no mundo complexo da globalização, o fato é que se afirma uma outra concepção de educação, justiça e empoderamento que desestabiliza a concepção dominante, típica do pensamento *mainstream*, e que precisa de ser levada a sério, ou ser tida em conta, não só em termos epistémicos, mas também em termos de fundamentação da ação-intervenção.

Considerações finais

Apesar do seu poder avassalador, e por vezes, arrasador de outros princípios e de outros valores, a dinâmica da neoliberalização continua a ter que se confrontar, pelo menos no plano normativo, com outros modos de ver a relação triangular, e simbiótica, entre educação, justiça e empoderamento. São modos de ver que desafiam a concepção *mainstream* dessa relação, que a questionam e lhe opõem uma alternativa, precisamente aquela que procura corresponder aos anseios democrático-

-igualitários das camadas subprivilegiadas, vítimas do «espírito de desigualdade» que grassa nos contextos mais avançados em neoliberalização, como se mostrou, economicamente, e sem rodeios semânticos, ao longo deste artigo.

Duas conclusões de dimensão maior se retiram do caminho percorrido até aqui. A primeira é que a relação entre educação, justiça e empoderamento está aberta a vários significados, ou a diversas articulações de sentido, e que é preciso ter isso em conta se queremos uma ampla compreensão dos contextos sociais neoliberais, o que, em termos epistêmicos, é um sinal de lucidez, de realismo e de abrangência. Não há pior forma de abordar os problemas, e eles são muitos nesses contextos, do que partir de uma deficiente leitura da realidade, das suas aspirações e dos seus propósitos, mesmo que isso implique um aturado trabalho de mapeamento, ou de cartografia, das suas perspectivas normativas.

A segunda conclusão que se retira, e isso é importante para educadores e interventores sociais, é que precisam estar criticamente conscientes das especificidades das duas visões sobre educação, justiça e empoderamento, sobretudo se se sentem desafiados a enveredar, na sua praxis, pela construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária e mais democrática.

Nota

¹ Expressões entre aspas e citações de livros e artigos estrangeiros são tradução nossa.

Referências

APPADURAI, Arjun. *Condition de l'homme global*. Paris: Payot, 2013.

AUDARD, Catherine. *Qu'est-ce que le libéralisme*. Éthique, politique, société. Paris: Gallimard, 2009.

BACQUÉ, Marie-Hélène; BIEWENER, Carole. *L'empowerment, une pratique émancipatrice*. Paris: La Découverte, 2013.

BROWN, Larry; POLLIT, Ernesto. Malnutrition, poverty and intellectual development. *Scientific American*, New York, n. 274, p. 38-43, 1996.

BROWN, Wendy. *El pueblo sin atributos*. La secreta revolución del neoliberalismo. Barcelona: Malpaso, 2016.

BROWN, Wendy. *Les habits neufs de la politique mondiale*. Néolibéralisme et néo-conservatisme. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2007.

BUDE, Heinz. *La sociedad del miedo*. Barcelona: Herder, 2017.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*. Movimentos sociais na era da Internet. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

CHECKOWAY, Barry; GUTIÉRREZ, Lorraine. (ed.). *Teoría y práctica de la participación juvenil y el cambio comunitario*. Barcelona: Graó, 2009.

DUBET, François. *Les places et les chances*. Repenser la justice sociale. Paris: Seuil, 2010.

DUBET, François. O que é uma escola justa? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 539-555, 2004.

FERNÁNDEZ LIRIA, Carlos; GARCÍA FERNÁNDEZ, Olga; GALINDO FERRÁNDEZ, Henrique. *Escuela o barbarie*. Entre el neoliberalismo salvaje y el delirio de la izquierda. Madrid: Akal, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Gallimard/Seuil, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUKUYAMA, Francis. *Identities*. A exigência de dignidade e a política do ressentimento. Lisboa: D. Quixote, 2018.

GODIN, Julie. El aumento de las desigualdades económicas, entre dominación y protesta (Prefacio). In: GODIN, Julie et al. *El aumento de las desigualdades económicas, entre dominación y protesta*. Madrid: Editorial Popular, 2017. p. 7-38.

GUTIÉRREZ, Enrique. La construcción educativa del nuevo sujeto neoliberal. *El Viejo Topo*, Barcelona, n. 320, p. 39-47, 2014.

HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica*. Lisboa: Relógio D'Água, 2015.

HARVEY, David. *Breve historia del neoliberalismo*. Madrid: Akal, 2007.

HAYEK, Friedrich. The mirage of social justice. In: HAYEK, Friedrich. *Law, legislation and liberty*. London, New York: Routledge, 1976.

HONNETH, Axel. *El derecho de la libertad*. Esbozo de una eticidad democrática. Madrid: Katz, 2014.

KAISER, Axel. *La tiranía de la igualdad*. Barcelona: Deusto, 2017.

KING, Stephen. *Lamentável mundo novo*. O fim da globalização e o regresso da história. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2018.

LAVAL, Christian. Pensar el neoliberalismo. In: LAVAL, Christian et al. *Pensar desde la izquierda*. Mapa del pensamiento crítico para un tiempo en crisis. Madrid: Errata Naturae, 2012. p. 11-24.

LE BOSSÉ, Yann. De “l’habilitation” au “pouvoir d’agir”: vers une appréhension plus circonscrite de la notion d’empowerment. *Nouvelles Pratiques Sociales*, Montréal, v. 16, n. 2, p. 30-51, 2003.

LILLA, Mark. *De esquerda, agora e sempre*. Para além das políticas identitárias. Lisboa: Tinta da China, 2018.

- LOREY, Isabell. *Estado de inseguridad*. Gobernar la precariedad. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.
- MEDEL-AÑONUEVO, Carolyn (ed.). *Women, education and empowerment: path ways towards autonomy*. Hamburg: Unesco Institute for Education, 1995.
- MONTESQUIEU, Charles. *De l'esprit de lois*. Paris: Gallimard, 1995.
- MOUNK, Yascha. *El pueblo contra la democracia*. Barcelona: Paidós, 2018.
- NACHTWEY, Oliver. *La sociedad del descenso*. Barcelona: Paidós, 2017.
- PEREIRA, Charmaine. Appropriating “gender” and “empowerment”: the resignification of feminist ideas in Nigeria’s neoliberal reform programme. *IDS Bulletin*, Sussex, v. 39, n. 6, p. 42-50, 2008.
- PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2014.
- PINTO, Carla. Uma prática de *empowerment* com adultos idosos. In: CARVALHO, Maria (coord.). *Serviço social no envelhecimento*. Lisboa: Pactor, 2013. p. 49-65.
- RAWLS, John. *A theory of justice*. Cambridge, Massachusetts: Havard University Press, 1999.
- ROSANVALLON, Pierre. *La société des égaux*. Paris: Seuil, 2011.
- ROWLANDS, Jo. *Questioning empowerment*. Working with women in Honduras. Oxford: Oxfam, 1997.
- SALMON, Christian. *Storytelling, la machine à fabriquer des histoires et à formater les esprits*. Paris: La Découverte, 2007.
- STIGLITZ, Joseph. Além do PIB. *Jornal Expresso* (Caderno de Economia), Lisboa, n. 2407, p. 39, 15 dez. 2018.
- STREECK, Wolfgang. *Como terminará el capitalismo?* Madrid: Traficantes de Sueños, 2017.
- YOUNG, Michael. Por que o conhecimento é importante para as escolas do século XXI. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 46, n. 159, p. 18-37, 2016.